

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Isabela Almeida Dias Barbosa
Samantha das Graças Lopes

**Qualidade das Informações Contábeis e Práticas ESG: O
Papel do Índice ISE B3 na Transparência e Governança
Corporativa**

SOROCABA -SP
2025

Isabela Almeida Dias Barbosa
Samantha das Graças Lopes

**Qualidade das Informações Contábeis e Práticas ESG: O Papel do Índice ISE B3
na Transparência e Governança Corporativa**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Graduação em Administração, ao Departamento de Administração da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Leonel de
Carvalho

Sorocaba-SP
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Barbosa, Isabela Almeida Dias

Qualidade das Informações Contábeis e Práticas ESG: O Papel do Índice ISE B3 na Transparência e Governança Corporativa / Isabela Almeida Dias Barbosa, Samantha das Graças Lopes -- 2025.
29f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Flávio Leonel de Carvalho

Banca Examinadora: Flávio Leonel de Carvalho, Isabel Cristina Sartorelli

Bibliografia

1. Qualidade da informação contábil. 2. ESG. 3. ISE B3.
I. Barbosa, Isabela Almeida Dias. II. Lopes, Samantha das Graças. III. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciência em Gestão em Tecnologia
Programa de Graduação

Folha de aprovação

Comissão Julgadora:

Conforme folha de aprovação.

Os formulários de avaliação pelos membros da Comissão Julgadora encontram-se arquivados junto à secretaria da Coordenação do Curso de Administração (CCAdm-So).

Qualidade das Informações Contábeis e Práticas ESG: O Papel do Índice ISE B3 na Transparência e Governança Corporativa

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre práticas de sustentabilidade corporativa, representadas pela adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), e a qualidade das informações contábeis divulgadas por empresas brasileiras de capital aberto. Utilizando uma amostra de 166 companhias e 836 observações entre 2021 e 2023, o estudo aplica o Modelo de Jones Modificado para mensurar os accruals discricionários como proxy da qualidade contábil. Os resultados apontam que a participação no ISE, de forma agregada, não apresentou significância estatística sobre a qualidade da informação. No entanto, ao analisar individualmente as dimensões do índice, observou-se que práticas relacionadas à mudança climática possuem associação positiva com a qualidade informacional, enquanto a dimensão de governança corporativa revelou um efeito negativo e estatisticamente significativo. Esses achados sugerem que a efetividade das práticas ESG sobre a transparência contábil depende do comprometimento real das empresas com a sustentabilidade, e não apenas da sua formalização institucional.

Palavras-chave: Qualidade da informação contábil; ESG; ISE B3; Transparência; Governança corporativa.

Quality of Accounting Information and ESG Practices: The Role of the ISE B3 Index in Transparency and Corporate Governance

ABSTRACT

This study investigates the relationship between corporate sustainability practices—measured by participation in the Corporate Sustainability Index (ISE B3)—and the quality of financial information disclosed by publicly traded Brazilian companies. Based on a sample of 166 companies and 836 observations from 2021 to 2023, the study applies the Modified Jones Model to estimate discretionary accruals as a proxy for accounting quality. The results indicate that overall participation in the ISE is not statistically significant in improving information quality. However, when analyzing individual index dimensions, climate change-related practices were positively associated with accounting quality, while corporate governance showed a negative and statistically significant effect. These findings suggest that the effectiveness of ESG practices on financial transparency depends on real organizational commitment to sustainability rather than mere formal compliance.

Keywords: Accounting information quality; ESG; ISE B3; Transparency; Corporate governance.

Calidad de la información contable y prácticas ESG: el papel del índice ISE B3 en la transparencia y el gobierno corporativo

RESUMEN

Este estudio investiga la relación entre las prácticas de sostenibilidad corporativa, representadas por la participación en el Índice de Sostenibilidad Empresarial (ISE B3), y la calidad de la información contable divulgada por empresas brasileñas que cotizan en bolsa. A partir de una muestra de 166 compañías y 836 observaciones entre 2021 y 2023, se aplica el Modelo de Jones Modificado para medir los devengos discrecionales como indicador de calidad contable. Los resultados muestran que la participación general en el ISE no presentó significancia estadística sobre la calidad de la información. No obstante, al analizar individualmente las dimensiones del índice, las prácticas relacionadas con el cambio climático presentaron asociación positiva con la calidad contable, mientras que la dimensión de gobernanza corporativa mostró un efecto negativo y significativo. Estos hallazgos sugieren que la efectividad de las prácticas ESG en la transparencia contable depende del compromiso real de las empresas con la sostenibilidad, más allá del cumplimiento formal.

Palabras clave: Calidad de la información contable; ESG; ISE B3; Transparencia; Gobernanza corporativa.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário empresarial tem passado por transformações significativas, impulsionadas por uma globalização crescente, avanços tecnológicos e uma demanda cada vez maior por transparência e responsabilidade (Instituto de Pesquisa Econômica e Geopolítica – IPEG, 2019). Nesse contexto dinâmico, a integração de critérios *Environmental, Social and Governance* – ESG (Ambiental, Social e de Governança, na sigla em inglês) nas decisões de investimento e nas práticas empresariais está cada vez mais presente na realidade das empresas, refletindo uma preocupação crescente na sustentabilidade e na responsabilidade corporativa (Eccles *et al.*, 2020).

Essa transição para práticas mais sustentáveis e transparentes revela a importância crítica da divulgação de informações contábeis fidedignas. Neste contexto, Olsen (2018) aponta que a qualidade das informações contábeis muitas vezes é desafiada por práticas inadequadas de prestação de contas, falta de transparência e ausência de mecanismos eficazes de controle. Deste modo, de acordo com Khoufi (2020), a qualidade das informações contábeis pode contribuir para a redução dos custos de capital, melhorar a governança corporativa e auxiliar no controle das atividades gerenciais, promovendo uma maior transparência e confiança no mercado financeiro.

Posto isso, lançado em 2005 pela B3, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) foi uma iniciativa pioneira na América Latina com foco inicial em avaliar o desempenho das empresas comprometidas com a sustentabilidade ambiental. Com o passar do tempo, o índice passou por reformulações e ampliou seu escopo, incorporando outras dimensões das práticas ESG, como capital humano, governança corporativa e inovação, a fim de garantir a perenidade dos negócios e atender às crescentes demandas dos investidores (B3, 2025c).

Dessa forma, o questionário atual do ISE, baseado no modelo 2021 do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), contempla dimensões estruturadas como Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócio e Inovação, Capital Social e Meio Ambiente (B3, 2025c), alinhando-se também às diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do Sistema B.

Assim, empresas que participam de índices de sustentabilidade, geralmente aderem a padrões de governança mais rigorosos, que são fundamentais para melhorar a qualidade das informações contábeis (Pinillos; Fernández-Fernández; Mateo, 2020). Complementando essa abordagem, o estudo de Monteiro, Santos e Santos (2021) conclui que as empresas participantes do ISE B3 apresentam superioridade no desempenho econômico-financeiro em comparação com as não participantes. Isso sugere uma relação entre a adesão ao ISE e melhores retornos em Ativo Total, Patrimônio Líquido, e Rentabilidade das Operações, uma vez que empresas participantes do índice tendem a adotar práticas de gestão mais eficientes, maior controle de riscos e estratégias sustentáveis de longo prazo. Essas práticas fortalecem sua estrutura organizacional e reduzem a volatilidade operacional, o que se traduz em melhores indicadores de desempenho econômico-financeiro. Dessa forma, o ISE se destaca como

um diferencial positivo para a imagem das empresas no mercado, influenciando também a decisão de futuros investidores.

O estudo de Abdelmoneim e El-Deeb (2024) sugere que a adoção das práticas ESG pode melhorar significativamente a qualidade do *Integrated Reporting Disclosure Quality* (IRDQ), o que por sua vez pode afetar positivamente o desempenho financeiro das empresas. Além disso, os autores enfatizam a influência de características do Conselho de Administração (*Board of Directors*) na qualidade das divulgações dos relatórios integrados, especialmente em economias emergentes, como o Egito.

Ademais, estudos como o de Friede, Busch e Bassen (2015), revelam que práticas robustas de ESG são vinculadas a uma melhor *performance* financeira e menor risco, o que pode contribuir para a percepção de integridade nas informações contábeis. A pesquisa de Cui *et al.* (2025) também reforça essa relação ao demonstrar que a obrigatoriedade nas divulgações de ESG reduz significativamente o gerenciamento de resultados, elevando a qualidade das informações financeiras e promovendo maior transparência e confiabilidade nas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, o estudo realizado por Abeysekera, Li e Lu (2021) emprega metodologias de análise de conteúdo e questionários para aferir a qualidade dos relatórios de sustentabilidade e avalia a quantidade e tipos de divulgação, bem como a importância dos itens divulgados, seguindo a estrutura da GRI. Os resultados indicam uma associação substancial entre as divulgações de sustentabilidade e a qualidade das divulgações financeiras tanto no período atual quanto no futuro, sugerindo que empresas com reputação social percebida como confiáveis tendem a oferecer informações mais transparentes e de qualidade.

Assim, destacando a influência positiva de índices como o ISE B3 na qualidade das informações contábeis, Grewal, Serafeim e Yoon (2016) complementam que a transparência nos relatórios de sustentabilidade é altamente valorizada por investidores e stakeholders, melhorando a percepção sobre a qualidade da informação contábil.

Além disso, a análise crítica de estudos como o de Pinheiro (2019), Grewal, Serafeim e Yoon (2016), Abeysekera, Li e Lu (2021), Beuren e Rodrigues Junior (2014) revelam lacunas e áreas de aprimoramento que podem enriquecer a investigação sobre a relação entre sustentabilidade empresarial e qualidade da informação contábil. Embora haja avanços na literatura, observa-se uma ausência de estudos que verifiquem se a adesão às dimensões do ISE B3 contribui efetivamente para a melhoria da qualidade das informações contábeis divulgadas. Essa lacuna se torna ainda mais relevante diante das reformulações recentes do índice e da incorporação de novas dimensões em sua metodologia, cujos impactos na qualidade da informação permanecem pouco explorados.

Por fim, esta lacuna fornece uma base para o estudo proposto, que busca investigar se as empresas incluídas na carteira do ISE B3 demonstram uma maior qualidade na divulgação de informações contábeis, utilizando o Gerenciamento de Resultados como proxy e considerando dados que abrangem de 2011 a 2023.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A literatura indica que a relação entre a Qualidade das Informações Contábeis (QIC) e as práticas de ESG estão se tornando cada vez mais relevante à medida que as empresas e os mercados evoluem em direção a uma maior transparência e responsabilidade (Barbosa *et al.*, 2024; Silva; Carvalho, 2024; Leal e Silva, 2023).

Porém, apesar da relevância atribuída ao tema, Medeiros (2023, p. 13) ressalta que ainda não há um consenso na literatura sobre a definição ou mensuração precisa da Qualidade da Informação Contábil (QIC), o que representa um desafio para pesquisadores. Como pontua o autor, “a qualidade dos relatórios financeiros ou a qualidade da informação contábil (QIC) não possui uma definição ou forma de mensuração precisa na literatura”. Essa lacuna teórica se reflete nas diversas abordagens utilizadas para avaliar a QIC, como previsibilidade dos lucros, relevância da informação e nível de gerenciamento de resultados (Silva; Mazzioni; Vargas, 2020).

Nesse contexto, Hribar, Kravet e Wilson (2014) desenvolveram medidas de qualidade das informações por meio dos resultados divulgados e sua composição, definindo a "qualidade dos *accruals*". Eles enfatizaram a precisão e a fidedignidade dos dados reportados, considerando que *accruals* de alta qualidade são menos suscetíveis a distorções e representam melhor as operações econômicas da empresa. Complementarmente, estudos recentes têm reforçado a importância da QIC para a eficiência alocativa dos investimentos. Pereira *et al.* (2024) demonstram que empresas com sistemas contábeis mais robustos tendem a realizar investimentos mais eficientes, enquanto aquelas com baixa qualidade informacional enfrentam maior risco de alocação excessiva de capital. De forma semelhante, Khoufi (2020) conclui que, em mercados emergentes, a qualidade da informação contábil é um fator crucial para a redução da assimetria informacional e, conseqüentemente, para decisões de investimento mais acertadas.

Estudos como os de Santos *et al.* (2023) e Abdelmoneim e El-Deeb (2024), realizados em diferentes contextos mostram que conselhos de administração com maior qualificação técnica, diversidade de gênero e estrutura organizacional eficiente contribuem significativamente para o fortalecimento da transparência e da fidedignidade dos relatórios financeiros. Tanto em análises de empresas brasileiras quanto em investigações conduzidas em mercados emergentes, como no Egito, observou-se que essas características da governança influenciam positivamente a forma como as organizações integram critérios de sustentabilidade à sua prestação de contas.

Apesar das evidências favoráveis, a literatura não é unânime quanto à existência de uma relação direta e positiva entre a estrutura da governança corporativa, as práticas de sustentabilidade e a qualidade das informações contábeis. Em determinados contextos institucionais, especialmente em países com baixa efetividade regulatória, a simples presença de conselhos de administração diversos ou formalmente bem estruturados não garante por si só melhorias na transparência ou na qualidade das

informações divulgadas (Leuz; Wysocki, 2016). García-Sánchez (2021) argumentam que fatores externos, como o grau de *enforcement* das normas contábeis e a pressão exercida por *stakeholders*, podem ter mais peso do que as características internas da governança para assegurar a qualidade das divulgações.

De forma semelhante, Meneghel, Kieling e Degenhart (2023), ao analisarem empresas brasileiras, concluíram que, embora a governança corporativa esteja associada positivamente à relevância das informações contábeis, a divulgação de práticas ESG, por si só, não apresentou significância estatística. Esses achados reforçam que, embora exista uma tendência positiva identificada em diversos estudos, o tema ainda demanda investigações adicionais que considerem as especificidades de cada ambiente institucional, setor econômico e maturidade das práticas adotadas.

2.1 QIC e sua relação com ESG

A relação entre práticas ESG e a QIC tem sido objeto de estudo de diversos autores (Xaxá, 2023; Somensi; Reis; Rover, 2021; Silva; Pereira; Carmo, 2022; Saldanha *et al.*, 2023), especialmente no contexto do ISE. De modo geral, investigações nessa área buscam entender se a adoção de critérios sustentáveis e a de governança influencia a transparência e o gerenciamento de resultados das companhias.

Entre esses trabalhos, destaca-se o estudo de Pinheiro (2019), que analisou uma amostra de 195 empresas listadas na B3 entre 2011 e 2018. Utilizando o modelo de Jones modificado (Dechow; Dichey, 2002) para mensurar os *accruals* discricionários como *proxy* de gerenciamento de resultados, a autora encontrou evidências estatísticas significativas de que a participação no ISE está associada a menor nível de gerenciamento de resultados. Isso sugere que empresas sustentáveis, ao serem expostas a maiores exigências de transparência e governança, tendem a apresentar maior qualidade na divulgação contábil.

Contudo, a literatura ainda apresenta divergências sobre o fator determinante dessa melhora na QIC. Por exemplo, Silva (2014) conclui que os efeitos positivos não decorrem diretamente da presença no ISE, mas dos critérios exigidos para admissão no índice, como estrutura de governança robusta, publicação de relatórios de sustentabilidade e adesão a práticas de integridade. Esses elementos funcionam como condicionantes para uma maior confiabilidade nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, Schuster e Klann (2019) reforçam que a responsabilidade social corporativa (RSC) pode influenciar tanto positiva quanto negativamente o gerenciamento de resultados, a depender do tipo de incentivo envolvido, seja para aumento ou suavização de lucros. Dessa forma, o estudo de Pinheiro (2019) oferece importante contribuição ao evidenciar, com base em dados de painel econométrico, que a participação no ISE está estatisticamente relacionada à melhora na QIC. No entanto, ao contrastar com outros trabalhos, observa-se uma lacuna metodológica relevante quanto à diferenciação entre os efeitos atribuíveis à participação no índice ISE e aqueles derivados das

características e práticas exigidas como pré-requisitos para essa participação. Essa distinção é essencial para futuras investigações sobre o papel das práticas ESG na transparência contábil.

2.2 ISE e sua relação com ESG

O ISE B3 é um instrumento que avalia o desempenho das empresas listadas na bolsa de valores brasileira com base em práticas sustentáveis ambientais, sociais e de governança (ESG). Segundo Imperador e Silva (2018), este índice é parte de sistemas de mensuração que enfocam diversas dimensões da sustentabilidade empresarial. A Bolsa do Brasil destaca que o ISE se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, promovendo práticas que contribuem para estes objetivos globais (B3, 2025a, 2025b).

Segundo Carvalho *et al.* (2023) os investidores percebem a importância da sustentabilidade e de considerar critérios ESG ao fazerem escolhas de investimento. Além disso, Simões-Coelho e Figueira (2021) investigam as razões pelas quais as empresas optaram por aderir a sustentabilidade, revelando que iniciativas como o ISE podem melhorar a forma como o mercado as vê e aumentar a sua reputação.

Além dos aspectos reputacionais, a inclusão no ISE B3 também influencia diretamente os mecanismos internos de controle e governança das companhias. Isso ocorre porque, para serem elegíveis ao índice, as empresas precisam atender a um conjunto de exigências normativas que demandam não apenas políticas formais, mas evidências concretas de práticas sustentáveis (Orsolin *et al.*, 2024). Tais requisitos funcionam como filtros que reforçam a transparência organizacional e a padronização na divulgação de informações não financeiras, o que, segundo Grewal, Serafeim e Yoon (2016), pode resultar em uma menor assimetria informacional entre a firma e seus *stakeholders*, contribuindo para a redução do custo de capital e para a melhoria da qualidade das decisões de investimento.

Por sua vez, o ISE operaria como um indutor de comportamento corporativo, estimulando o aprimoramento contínuo dos processos de *compliance*, gestão de riscos e prestação de contas. Abeysekera, Li e Lu (2021) demonstram que as empresas que apresentam maior qualidade nas divulgações de sustentabilidade tendem a manter altos padrões também em suas demonstrações contábeis, sugerindo um efeito de correlação positiva entre as práticas de ESG e a qualidade informacional. Tal associação reforça a hipótese de que a participação em índices sustentáveis pode servir como proxy de comprometimento com a governança responsável, o que se alinha às expectativas de investidores institucionais cada vez mais exigentes.

É necessário destacar que a simples presença no ISE não assegura automaticamente melhores práticas contábeis. Como argumentam Westphal e Zajac (2013), há casos em que estruturas de governança e relatórios de sustentabilidade são utilizados como ferramentas de gestão de imagem corporativa visando mais atender a pressões externas do que representar um comprometimento real com

a integridade informacional. Esse fenômeno, conhecido como fachada organizacional, levanta questões metodológicas relevantes sobre os reais efeitos da inclusão no índice, especialmente em contextos institucionais com baixa efetividade regulatória, como é o caso de alguns setores da economia brasileira (García-Sánchez, 2021).

Nesse sentido, torna-se crucial diferenciar os impactos diretos da participação no ISE daqueles que decorrem dos critérios que a condicionam. A análise isolada do efeito da presença no índice pode obscurecer o papel fundamental desempenhado por variáveis não observáveis diretamente, como a maturidade das práticas ESG, o engajamento do conselho de administração e a robustez dos controles internos (Feng; Saleh, 2024). Como destacam Silva (2014) e Schuster e Klann (2019), o efeito positivo sobre a qualidade das informações contábeis parece estar mais associado ao grau de aderência efetiva às práticas sustentáveis do que à simples listagem no índice. Assim, estudos que buscam avaliar o impacto do ISE sobre a transparência devem considerar essa distinção metodológica para evitar conclusões enviesadas.

2.3 Impacto da participação em índices diferenciados na qualidade das informações contábeis

A inclusão de companhias em índices de sustentabilidade, como o ISE B3, o FTSE4Good ou o Dow Jones Sustainability Index, opera como um mecanismo de mercado que pré-seleciona firmas com políticas ambientais, sociais e de governança (ESG) mais avançadas, sujeitas a critérios rigorosos de disclosure e verificação externa (Paranhos; Naas; Neto, 2024; Matias-Pereira, 2024). Ao vincular o prestígio de mercado à conformidade com padrões ESG, esses índices reforçam a demanda por sistemas contábeis robustos, capazes de produzir demonstrações financeiras coerentes com as métricas de sustentabilidade reportadas.

A adesão a critérios ESG mais exigentes impõe às empresas maior rigor em seus processos de controle interno e reporte de informações, o que, por sua vez, pode elevar a qualidade contábil. De acordo com Li *et al.* (2023), empresas com melhor desempenho ESG tendem a apresentar menor nível de gerenciamento de resultados, maior qualidade nos *accruals* e menor assimetria informacional. Isso se deve, em parte, à exigência de práticas de governança mais maduras, como conselhos independentes e políticas formais de divulgação de riscos socioambientais, frequentemente observadas em empresas integrantes de índices como o ISE B3.

Dessa forma, a literatura aponta que os índices ESG funcionam simultaneamente como mecanismos de seleção e de indução de melhores práticas contábeis, ao promoverem uma triagem de empresas com governança avançada e, ao mesmo tempo, incentivarem o alinhamento com padrões mais elevados de disclosure e controle (Wang *et al.*, 2025; García-Sánchez e Noguera-Gámez, 2017).

Seus efeitos, contudo, não são automáticos nem homogêneos entre setores e países, dada a heterogeneidade institucional e regulatória que influencia tanto a adesão quanto a implementação das práticas ESG (Vatis *et al.*, 2025). Avaliações rigorosas sobre a influência desses índices na qualidade

das informações contábeis devem considerar variáveis de governança pré-existente, distinguir entre diferentes formas de gerenciamento de resultados, como ajustes discricionários nos lançamentos contábeis e decisões operacionais que afetam diretamente o resultado econômico da firma, incorporar métricas sobre a confiabilidade do dado ESG e controlar por características estruturais das empresas e do ambiente regulatório (Krüger, 2015; Soeprajitno *et al.*, 2024).

Essa abordagem metodológica é essencial para evitar inferências enviesadas, uma vez que empresas que voluntariamente aderem a práticas ESG mais consistentes já podem possuir estruturas institucionais superiores à média do mercado, o que impacta diretamente na qualidade das informações contábeis reportadas (Kim *et al.*, 2019; Hummel; Schlick, 2016).

3 METODOLOGIA

3.1 Delimitação

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre o desempenho em sustentabilidade, representado pela pontuação nas dimensões ESG do ISE B3, e a qualidade das informações contábeis divulgadas por empresas brasileiras de capital aberto. A investigação parte da premissa de que práticas mais desenvolvidas de governança ambiental, social e corporativa podem influenciar positivamente a qualidade dos relatórios financeiros, reduzindo a discricionariedade nos accruals. Para isso, foram utilizadas métricas contábeis baseadas nos accruals discricionários normalizados, conforme o Modelo de Jones Modificado, seguindo a metodologia proposta por Costa e Soares (2022), que adapta a abordagem de Dechow, Sloan e Sweeney (1995) ao contexto das empresas brasileiras.

As demonstrações financeiras foram extraídas da Economática®, enquanto as informações de sustentabilidade referem-se às companhias participantes do ISE B3. A amostra inicial, obtida na Economática®, era composta por 778 empresas, incluindo organizações ativas e canceladas. Foram excluídas empresas do setor financeiro, companhias sem classificação, registros com dados incompletos, ativos cancelados, patrimônio líquido negativo ou ativo total igual a zero em qualquer ano. Após esses critérios, restaram 295 empresas.

Como o ISE B3 passou a disponibilizar, a partir de 2021, informações mais detalhadas por dimensões, optou-se por utilizar os dados desse período em diante para a análise, com o objetivo de examinar de forma mais detalhada as dimensões ESG. A base foi limitada ao período de 2021 a 2023, totalizando 166 empresas e 836 observações no painel final. Essa delimitação visa garantir a coerência entre os indicadores contábeis e as informações de sustentabilidade disponíveis. O modelo final concentra-se na análise das dimensões que compõem o ISE — capital humano, governança corporativa, inovação, capital social, meio ambiente e transparência (CDP) —, buscando avaliar seus efeitos sobre a qualidade das informações contábeis divulgadas.

3.2 Métodos

A qualidade das informações contábeis foi mensurada por meio da *proxy* de *accruals* discricionários, com base no Modelo de Jones Modificado, proposto por Jones (1991), conforme a abordagem sugerida por Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e adaptada para o contexto brasileiro por Costa e Soares (2022). As práticas ESG foram avaliadas a partir da participação no ISE B3, bem como pelas dimensões específicas de avaliação do índice: Capital Humano, Governança Corporativa, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (CDP).

Com base em dados de empresas listadas na B3 entre 2021 e 2023, foram utilizadas regressões com dados em painel para captar diferenças específicas entre empresas (efeitos individuais) e variações ao longo do tempo (efeitos temporais) que são constantes para cada unidade ou período (Fávero; Belfiore, 2017). Previamente à estimação dos modelos, aplicou-se a *winsorização* das variáveis contínuas nos percentis 1% e 99%, com o intuito de mitigar o impacto de *outliers* e assegurar maior robustez estatística das estimativas (Barnett; Lewis, 1994). A escolha do modelo de efeitos fixos foi confirmada a partir dos testes de Hausman e Breusch-Pagan, cujos resultados indicaram correlação significativa entre os efeitos individuais e os regressores. As análises foram conduzidas com erro-padrão robusto e agrupamento por empresa, garantindo maior confiabilidade às inferências realizadas.

3.3 Qualidade das Informações Contábeis

Uma das principais variáveis utilizadas para medir a qualidade das informações contábeis é a qualidade dos *accruals*, frequentemente mensurada pela diferença entre o lucro contábil e o fluxo de caixa operacional, onde *accruals* elevados indicam uma maior probabilidade de manipulação contábil (Francis *et al.*, 2005). A fórmula básica é dada por:

$$Accruals = Lucro Contábil - CFO \quad (1)$$

Nota: CFO: Fluxo de caixa operacional

Accruals grandes sugerem menor qualidade contábil, pois indicam que os lucros não refletem completamente os fluxos de caixa subjacentes (Dechow, Sloan; Sweeney, 1995; Dechow; Dichev, 2002; Francis *et al.*, 2005). O denominado Modelo Jones Modificado, proposto por Jones (1991), é uma abordagem amplamente utilizada para estimar os *accruals* discricionários, considerados proxies para gerenciamento de resultados (Dechow, Sloan e Sweeney, 1995). Seu objetivo é identificar a parcela dos *accruals* que não pode ser explicada por variáveis operacionais normais, como variações nas receitas e ativos fixos. O modelo parte do pressuposto de que, na ausência de manipulação, os *accruals* seguem um comportamento previsível com base em fatores econômicos observáveis.

Assim, desvios significativos em relação ao padrão estimado podem indicar práticas discricionárias adotadas pela gestão com o intuito de capturar possíveis manipulações no reconhecimento de receitas (Dechow; Dichev, 2002). A fórmula geral usada para calcular os *accruals* discricionários no Modelo de Jones Modificado é a seguinte:

$$\begin{aligned} \text{Accruals Totais}_t &= \alpha_0 + \alpha_1 \left(\frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_1 \left(\frac{\Delta \text{Receitas}_t - \Delta \text{Contas a Receber}_t}{A_{t-1}} \right) \\ &+ \beta_2 \left(\frac{PPE_t}{A_{t-1}} \right) + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (2)$$

Nota: *Accruals Totais_t*: diferença entre o lucro contábil e o fluxo de caixa operacional; *A_{t-1}*: ativos totais no início do período (ano anterior); *ΔReceitas_t*: variação das receitas no período t em comparação com o período anterior; *ΔContas a Receber_t*: variação nas contas a receber no período t; *PPE_t*: valor dos ativos imobilizados (*Property, Plant and Equipment*) no período t, representando os ativos fixos da empresa; *ε_t*: erro do modelo (residual), interpretado como *accruals* discricionários; *α*: constante do modelo; *β*: coeficiente estimado da regressão.

Este residual *ε_t* é o componente que não é explicado pelos fatores operacionais normais e é visto como o valor discricionário, ou seja, a parte dos *accruals* que pode estar sendo manipulada pela administração para alterar os resultados contábeis (Dechow, Sloan e Sweeney, 1995).

Considerando que as diferenças nas contas contábeis variam ao longo do tempo, o que pode impactar a mensuração da qualidade dos *accruals* e a previsão do erro. Autores, como Costa e Soares (2022), optam pela utilização do modelo de regressão com abrangência transversal, onde é possível controlar tanto a variação intertemporal quanto o tamanho da empresa, ao dividir os *accruals* totais pelo ativo total do período anterior, a fórmula é dada por:

$$AQ_{(i,t)} = \frac{TA_{(i,t)}}{AT_{(i,t-1)}} \quad (3)$$

Nota: *AQ_(i,t)*: variável de medida da qualidade das informações contábeis da empresa i no período t, ou seja, a qualidade dos *accruals*; *TA_(i,t)*: total de *accruals* da empresa i no período t; *AT_(i,t-1)*: ativo total da empresa i no período anterior t-1.

3.4 Regressão com Dados em Painel

Para analisar a influência das práticas de sustentabilidade corporativa sobre a qualidade das informações contábeis, foi estimado um modelo econométrico com dados em painel. Essa abordagem permite explorar simultaneamente as variações ao longo do tempo e entre empresas, controlando efeitos individuais não observáveis. No presente estudo, utiliza-se um painel curto, caracterizado por um

número maior de unidades observadas (empresas) do que períodos (anos), o que, segundo Fávero e Belfiore (2017), justifica a adoção do modelo de efeitos fixos como o mais apropriado para esse tipo de estrutura.

A variável dependente do modelo é a Qualidade das Informações Contábeis, mensurada pelos *accruals* discricionários normalizados, conforme o Modelo de Jones Modificado, seguindo a metodologia de Costa e Soares (2022). As variáveis independentes principais correspondem às seis dimensões do ISE B3: Capital Humano, Governança Corporativa, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, todas expressas como porcentagem do índice ISE. Além disso, o modelo inclui variáveis de controle associadas a características econômicas e financeiras das empresas.

Desta forma, testou-se o seguinte modelo:

$$\begin{aligned}
 QualityScore_{i,t} &= \beta_0 + \beta_1(Size)_{i,t} + \beta_2(Leverage)_{i,t} + \beta_3(Growth)_{i,t} + \beta_4(ROA)_{i,t} \\
 &+ \beta_5(ROE)_{i,t} + \beta_6(QdeTobin)_{i,t} + \beta_7(CH)_{i,t} + \beta_8(GC)_{i,t} \\
 &+ \beta_9(MNI)_{i,t} + \beta_{10}(CS)_{i,t} + \beta_{11}(MA)_{i,t} + \beta_{12}(MC)_{i,t} + \varepsilon_{i,t}
 \end{aligned} \tag{4}$$

Nota: *QualityScore*: refere-se à qualidade das informações contábeis; *Size*: é o tamanho da empresa; *Leverage*: representa o grau de endividamento; *Growth*: corresponde ao crescimento da receita líquida; *ROA*: é o retorno sobre os ativos; *ROE*: representa o retorno sobre o patrimônio líquido; *QdeTobin*: mede a razão entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos; *CH*, *GC*, *MNI*, *CS*, *MA* e *MC*: correspondem, respectivamente, às dimensões Capital Humano, Governança Corporativa, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e Mudança do Clima do ISE B3; e ε : erro aleatório.

O conjunto de variáveis de controle adotado neste estudo está alinhado com a literatura que investiga os determinantes da qualidade das informações contábeis. O tamanho da empresa (*Size*) pode influenciar diretamente a QIC, pois empresas maiores tendem a estar sob maior escrutínio regulatório e social, o que aumenta a pressão por transparência e fortalece os mecanismos internos de governança, resultando, geralmente, em maior qualidade informacional (Francis *et al.*, 2005; Dang; Nguyen; Tran, 2020).

Já o nível de endividamento (*Leverage*) pode afetar a qualidade das informações contábeis de maneiras distintas. Por um lado, empresas mais alavancadas são incentivadas a apresentar relatórios mais fidedignos para reduzir o custo de capital. Por outro, podem ficar mais propensas ao gerenciamento de resultados, buscando atender cláusulas contratuais ou manter a confiança dos credores (Brito; Assaf Neto, 2008).

A variável crescimento da receita (*Growth*) está associada a maiores oportunidades de expansão, mas também pode representar risco à QIC, já que empresas em rápido crescimento

frequentemente enfrentam maior pressão por desempenho e podem recorrer a práticas contábeis mais agressivas (Dang; Nguyen; Tran, 2020). O retorno sobre os ativos (ROA) e o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) são indicadores do desempenho econômico e podem sinalizar maior estabilidade e eficiência operacional, o que tende a se refletir em melhores práticas de disclosure e maior qualidade dos relatórios contábeis (Francis *et al.*, 2005; Gray; Hoh; Tong, 2009; Sebai; Messai; Jouini, 2015).

Por fim, o Q de Tobin, ao representar uma proxy das oportunidades de crescimento de mercado, também pode indicar maior propensão ao uso discricionário das informações contábeis, especialmente em contextos onde há grande assimetria informacional e pressão por atender às expectativas dos investidores (Chung; Pruitt, 1994).

Para validar a escolha do modelo, foram aplicados testes estatísticos específicos: o teste F foi utilizado para verificar se os efeitos individuais são significativos, rejeitando o modelo pooled; o teste de Breusch-Pagan (LM Test) foi aplicado para avaliar a necessidade do uso de efeitos aleatórios, cujo resultado não justificou sua adoção; e o teste de Hausman foi fundamental para confirmar a presença de correlação entre os efeitos individuais e os regressores, validando, assim, a opção pelo modelo de efeitos fixos. Assim, a regressão foi estimada com o modelo de efeitos fixos, considerado mais adequado à estrutura do painel curto (três anos) adotado neste estudo, conforme a recomendação metodológica de Fávero e Belfiore (2017). Na sequência, estimaram-se os efeitos fixos, com erros-padrão robustos e agrupamento por empresa, a fim de corrigir possíveis heteroscedasticidade e autocorrelação.

3.5 Variáveis

No Quadro 1 apresentam-se os indicadores, bem como formulações das variáveis empregadas no presente estudo.

Quadro 1 – Variáveis dependentes e independentes da pesquisa

Variáveis			
Variáveis	Código	Fórmulas	Trabalho - Referência
Qualidade das informações contábeis	QIC	$AQ_{(i,t)} = \frac{TA_{(i,t)}}{AT_{(i,t-1)}}$	Costa e Soares (2022)
ISE	ISE	Índice	ISE B3 2025
Capital Humano (CH)	CH	Índice	ISE B3 2025
Governança Corporativa (GC)	GC	Índice	ISE B3 2025
Modelo de Negócios e Inovação (MNI)	MNI	Índice	ISE B3 2025
Capital Social (CS)	CS	Índice	ISE B3 2025
Meio Ambiente (MA)	MA	Índice	ISE B3 2025
Mudança do Clima (MC)	MC	Índice	ISE B3 2025
Tamanho da Empresa	<i>Size</i>	$Size_{i,t} = \text{Log}(AT_{(j,t)})$	Francis <i>et al.</i> (2005); Dang, Nguyen e Tran (2020)

Endividamento	<i>Leverage</i>	$Leverage_{it} = \frac{DT}{AT}$	Assaf Neto e Brito (2008)
Crescimento	<i>Growth</i>	$Growth = \frac{Rec_t - Rec_{t-1}}{Rec_{t-1}}$	Dang, Nguyen e Tran (2020)
Retorno sobre Ativos	ROA	$ROA = \frac{EBIT_{it}}{AT_{it}}$	Francis <i>et al.</i> (2005); Gray, Koh e Tong. (2009);
Retorno sobre Patrimônio Líquido	ROE	$ROE = \frac{LucCon_{it}}{PL_{it}}$	Sebai Messai e Jouini (2015); Assaf Neto e Lima (2014)
Q de Tobin	Q	$Q = \frac{VM\ do\ PL + DT}{AT}$	Chung e Pruitt (1994)

Nota: AQ: Qualidade das informações contábeis; $TA_{(i,t)}$: Total de Ativo no período; $AT_{(i,t-1)}$: Ativo total no período anterior; $AT_{(i,t)}$: Ativo Total no período; Log: Logaritmo natural do Ativo Total; DT: Dívida Total; AT: Valor total dos ativos da empresa; Rec_t : Receita líquida do período; Rec_{t-1} : Receita líquida do período anterior; $EBIT_{i,t}$: Lucro Operacional antes dos juros e impostos; AT: Ativo Total no período; LucCon: Lucro líquido consolidado; PL: Patrimônio líquido; VM do PL: Valor de mercado do Patrimônio Líquido.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentou-se os resultados obtidos na análise de regressão com dados em painel curto considerando como variável dependente a qualidade das informações contábeis. Para determinar o modelo de regressão mais adequado à pesquisa, foram aplicados testes de seleção de modelos recomendados por Fávero (2013). Após a estimação dos modelos discutidos anteriormente e a realização dos testes LM de Breusch-Pagan, F Chow e de Hausman, concluiu-se que o modelo de Efeitos Fixos (EF) era o mais apropriado para os objetivos deste estudo. Além disso, visando aumentar a robustez da análise, também foram estimados modelos de Efeitos Fixos com Erros-Padrão Robustos Clusterizados (EF ROB).

Ao examinar os dados apresentados na Tabela 1, é possível notar que a variável tamanho (*Size*) tem um impacto positivo e significativo sobre a QIC, entretanto apenas no modelo com erros robustos. Isso sugere que a significância do efeito de tamanho é sensível à forma como os erros são tratados, evidenciando a importância de modelos robustos para assegurar a validade inferencial dos resultados. Esse resultado está alinhado com estudos como Dechow e Dichev (2002) e Francis *et al.* (2005), que argumentam que empresas maiores possuem melhores mecanismos de governança, maior estrutura de auditoria e um ambiente regulatório mais rigoroso, resultando em maior qualidade informacional. No contexto brasileiro, Mazzioni e Klann (2016) também identificaram que empresas de grande porte têm maior qualidade informacional devido à maior fiscalização e transparência exigida pelos reguladores.

Tabela 1 – Modelo de regressão com dados em painel estimados por Erros Fixos (EF) e Efeitos Fixos com Erros-Robustos Clusterizados (EF ROB)

	EF	EF ROB	EF	EF ROB
<i>Size</i>	0,00149 (0,00117)	0,00148* (0,00074)	0,00148 (0,00117)	0,00148* (0,00073)
<i>Leverage</i>	0,00172 (0,00389)	0,00172 (0,00660)	0,00154 (0,00395)	0,00154 (0,00679)
<i>Growth</i>	-0,0022296*** (0,00056)	-0,0022296*** (0,00051)	-0,0022106*** (0,00056)	-0,0022106*** (0,00052)
<i>ROA</i>	0,00205 (0,00386)	0,00205 (0,00387)	0,00256 (0,00391)	0,00256 (0,00387)
<i>ROE</i>	0,00148 (0,00120)	0,00148 (0,00090)	-0,00010 (0,00123)	-0,00010 (0,00078)
<i>Q de Tobin</i>	-0,0032179*** (0,00067)	-0,0032179** (0,00125)	-0,0032055*** (0,00067)	-0,0032055** (0,00125)
<i>ISE</i>	-0,00044 (0,00142)	-0,00044 (0,00066)	- -	- -
<i>CH</i>	- -	- -	0,00261 (0,01193)	0,00261 (0,00387)
<i>GC</i>	- -	- -	-0,01381 (0,01505)	-0,01381* -0,007340
<i>MNI</i>	- -	- -	0,00019 (0,00795)	0,00019 (0,00287)
<i>CS</i>	- -	- -	0,00531 (0,01169)	0,00531 (0,00728)
<i>MA</i>	- -	- -	0,00465 (0,00682)	0,00465 (0,00379)
<i>MC</i>	- -	- -	0,00246 (0,00347)	0,00246* (0,00148)
<i>Cons</i>	-0,02209 (0,01784)	-0,0220859* (0,01201)	-0,02197 (0,01791)	-0,02197* (0,01205)
<i>N</i>	836	836	836	836
<i>N</i>	295	295	295	295
<i>R² (geral)</i>	0,0408	0,0408	0,0430	0,0430
<i>R² (between)</i>	0,0392	0,0392	0,0415	0,0415
<i>R² (within)</i>	0,0904	0,0904	0,0930	0,0930
<i>F</i>	7,59	5,64	4,52	4,27
<i>sig F</i>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Nota: Os erros-padrão são mostrados entre parênteses. Os símbolos ***, ** e * indicam significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente. As descrições das variáveis podem ser vistas no Quadro 1. As variáveis N e n significam, respectivamente, número de observações e número de empresas.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025)

Com relação a variável *Leverage*, constatou-se coeficientes positivos, porém não são estatisticamente significativos indicando que, na amostra analisada, o nível de endividamento das empresas não apresenta relação direta com a qualidade da informação contábil. O estudo de Paulo, Lemes e Corrar (2019), mostra que empresas com maior nível de endividamento podem enfrentar incentivos conflitantes. Por um lado, há pressão para fornecer informações contábeis de qualidade a fim

de reduzir o custo de capital. Por outro, podem surgir incentivos para manipulação contábil com o intuito de atender cláusulas contratuais e manter a confiança dos credores. Costa e Fonseca (2017) encontraram que, no mercado brasileiro, a alavancagem pode influenciar negativamente a QIC, sugerindo que empresas alavancadas podem estar mais propensas a gerenciar seus resultados.

Já a variável de crescimento *Growth* apresentou coeficientes negativos e estatisticamente significativos, conforme Tabela 1, sugerindo que empresas em crescimento tendem a apresentar menor qualidade contábil. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que empresas em expansão frequentemente enfrentam maior pressão do mercado para manter altos níveis de desempenho, o que pode levar ao gerenciamento de resultados. Além disso, essas empresas costumam operar com estruturas de governança e controles internos ainda em consolidação, e realizam investimentos com elevado grau de discricionariedade contábil, como em ativos intangíveis, o que dificulta a mensuração objetiva e transparente dos resultados. Esse achado está de acordo com estudos como McNichols (2002), que aponta que empresas de crescimento rápido têm mais incentivos para manipular resultados diante das expectativas dos investidores. No Brasil, Mazzioni e Klann (2016) também confirmaram essa relação negativa entre crescimento e QIC.

O Retorno sobre Ativos (ROA) e o Retorno sobre Equity (ROE) apresentaram coeficientes que, para a amostra analisada, não foram estatisticamente significativos, o que sugere que, neste caso específico, a rentabilidade não demonstrou influência direta sobre a qualidade das informações contábeis. Esse resultado contrasta com estudos como Ball e Shivakumar (2005), que indicam que a relação entre qualidade informacional e rentabilidade pode ser mediada por fatores de governança. Já estudos como o de Esteban (2024) mostram que essa relação pode ser mais evidente em setores específicos, como o financeiro, especialmente em períodos de queda da margem de rentabilidade.

A variável Q de Tobin, definida como a razão entre o valor de mercado do patrimônio líquido e o valor contábil dos ativos, é um indicador para as oportunidades de crescimento da empresa. Neste estudo, essa variável apresentou coeficientes negativos e estatisticamente significativos, indicando que empresas mais valorizadas tendem a apresentar menor qualidade das informações contábeis.

Esse resultado pode estar relacionado à maior pressão para manter expectativas elevadas do mercado, o que pode levar ao uso de práticas contábeis mais agressivas. Tal evidência está alinhada com estudos, como o de Su, Mahmood e Som (2024), que evidenciam que empresas com maior valorização de mercado em relação ao seu valor contábil tendem a apresentar menor transparência informacional, frequentemente associada à presença de ativos intangíveis e maior assimetria informacional. Além de Machado (2024), que confirma essa relação ao demonstrar que altos níveis de Q de Tobin estão associados a menor *disclosure* e maior gerenciamento de resultados.

Com relação, especificamente, à variável ISE a apresentação dos resultados foi estruturada em duas etapas. A primeira análise considerou a adesão das empresas ao ISE de forma agrupada. Em seguida, foi realizada uma segunda análise, com foco nas dimensões específicas do índice, a fim de avaliar seus impactos individuais sobre a qualidade da informação contábil.

Na primeira análise, a variável ISE não apresentou relacionamento estatisticamente significativo em relação à qualidade das informações contábeis. Esse resultado apresenta indícios de que, para a amostra analisada, a participação no ISE não está associada a uma melhora perceptível na transparência contábil, contrariando parte da literatura que sugere o contrário. Reis *et al.* (2022) mostraram que empresas listadas no ISE tendem a apresentar maior transparência e menor gerenciamento de resultados. Internacionalmente, Dhaliwal *et al.* (2011) apontam que a divulgação de informações ESG está relacionada a menor custo de capital e maior qualidade dos relatórios financeiros. A ausência de significância e o sinal negativo podem refletir diferenças setoriais, limitações de mensuração da variável ou o estágio de maturidade da adoção de práticas ESG em parte das empresas brasileiras.

Já na segunda análise, entre as dimensões que compõem o ISE, duas variáveis apresentaram coeficientes estatisticamente significativos: Governança Corporativa (GC) e Mudança de Clima (MC). As demais dimensões — Capital Humano (CH), Modelo de Negócio e Inovação (MNI), Capital Social (CS) e Meio Ambiente (MA) — não apresentaram significância estatística e serão discutidas em conjunto.

A dimensão de Governança Corporativa (GC) apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo, contrariando parte da literatura que associa boas práticas de governança à melhoria da qualidade das informações contábeis. Uma possível interpretação para esse resultado é que, embora empresas com estruturas formais de governança mais robustas sigam normas e divulguem mais informações, isso não garante, por si só, maior fidedignidade contábil. Assim, torna-se fundamental conduzir uma análise mais detalhada sobre a forma como a dimensão de Governança Corporativa está operacionalizada no índice ISE, a fim de compreender se ela efetivamente captura práticas robustas e eficazes ou se reflete apenas exigências formais sem impacto concreto na qualidade das informações contábeis..

Estudos como os de Westphal e Zajac (2013) e Boiral (2016) discutem esse fenômeno, sugerindo que práticas de governança podem ser adotadas de forma simbólica, sem efetiva internalização dos princípios que promovem transparência e qualidade da informação. Complementarmente, Edwards, Soares e Lima (2013) e Nascimento e Reginato (2008) reforçam que a qualidade da governança deve ser analisada não apenas pela sua presença formal, mas principalmente por sua efetividade prática no controle e na condução das decisões gerenciais.

A variável relacionada à Mudança de Clima (MC) apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo, indicando que empresas com maior nível de *disclosure* e atuação relacionada à mudança climática tendem a apresentar melhor qualidade das informações contábeis. Esse achado reforça a ideia de que práticas ambientais maduras e estruturadas podem refletir um compromisso mais amplo com a governança e a transparência organizacional. Empresas que assumem compromissos públicos com metas de sustentabilidade climática, relatórios auditáveis e integração de riscos ambientais em sua gestão tendem a apresentar estruturas internas mais robustas, o que melhora a

qualidade das informações contábeis. Estudos como os de Amel-Zadeh e Serafeim (2018) e Liesen *et al.* (2015) indicam que empresas ambientalmente responsáveis são mais valorizadas por sua integridade informacional e que o *reporting* climático pode ser usado como uma ferramenta estratégica de gestão de riscos e alinhamento com os *stakeholders*.

As variáveis relativas ao Capital Humano, Modelo de Negócio e Inovação, Capital Social e Meio Ambiente apresentaram coeficientes sem significância estatística, indicando que, nesta amostra, essas dimensões não mostraram relação robusta com a qualidade das informações contábeis. Essa ausência de significância pode decorrer de dificuldades de mensuração ou da diversidade setorial das empresas analisadas. Além disso, não foram identificados estudos que tenham realizado uma análise individualizada das dimensões do ISE em relação à qualidade das informações contábeis de forma semelhante à abordagem adotada neste trabalho. Isso limita a possibilidade de comparações diretas com pesquisas anteriores, mas ao mesmo tempo evidencia o caráter exploratório da presente análise.

De maneira geral, os resultados revelaram que a qualidade das informações contábeis pode ser influenciada por aspectos estruturais da empresa e pelo alinhamento com práticas sustentáveis. Enquanto fatores como crescimento e valorização de mercado parecem fragilizar a transparência contábil, ações concretas relacionadas à mudança climática sugerem o potencial de fortalecer a qualidade das informações divulgadas. Esses resultados sugerem que o compromisso real com a governança e a sustentabilidade pode ser mais relevante do que a presença de estruturas formais.

5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que a participação das empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) não é, por si só, suficiente para garantir maior qualidade das informações contábeis. Embora o índice funcione como um importante referencial de práticas ESG no Brasil, seu impacto na qualidade contábil parece depender da efetividade com que suas diretrizes são incorporadas às estruturas de governança corporativa e à cultura organizacional.

A análise das dimensões do ISE revelou que práticas ligadas à mudança climática aparentemente estão positivamente associadas à qualidade das informações contábeis, sendo um indício de que empresas com compromissos ambientais mais robustos tendem a apresentar maior transparência e confiabilidade. Por outro lado, a dimensão de governança corporativa apresentou uma correlação negativa, sugerindo que estruturas formais de governança não garantem, isoladamente, maior qualidade das informações contábeis.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para o debate acadêmico ao explorar a relação entre práticas ESG e a qualidade da informação contábil no contexto brasileiro. A originalidade da pesquisa reside na análise das dimensões individuais do ISE B3, fornecendo uma visão mais detalhada a respeito dos fatores que influenciam a transparência contábil.

Reconhece-se ainda a limitação do recorte temporal e a ausência de variáveis qualitativas mais

subjetivas, como a percepção dos *stakeholders*, o que poderia oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre os fatores institucionais e culturais que influenciam essa relação entre práticas ESG e qualidade das informações contábeis. Sugere-se para estudos futuros a expansão da amostra, com a inclusão de mais empresas, aplicar este modelo para outros mercados emergentes, além de incorporar análises de outros anos e métodos qualitativos de avaliação da cultura organizacional.

REFERÊNCIAS

ABDELMONEIM, Z.; EL-DEEB, M. S. BOD characteristics and their impact on the link between ESG disclosure and integrated reporting disclosure quality: a study of Egyptian non-financial firms. **Future Business Journal**, Berlim, DE, v. 10, n. 1, p. 18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s43093-023-00297-y>

ABEYSEKERA, I.; LI, F.; LU, Y. Financial disclosure quality and sustainability disclosure quality. A case in China. **PLoS One**, San Francisco, EUA, v. 16, n. 5, p. e0250884, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0250884>

AMEL-ZADEH, A.; SERAFEIM, G. Why and how investors use ESG information: Evidence from a global survey. **Financial Analysts Journal**, Londres, UK, v. 74, n. 3, p. 87–103, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2469/faj.v74.n3.2>

ANDREU PINILLOS, A.; FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, J. L.; FERNÁNDEZ MATEO, J. Pasado, presente y futuro de los objetivos del desarrollo sostenible (ODS). La tecnología como catalizador (o inhibidor) de la Agenda 2030. **ICADE – Revista de la Facultad de Derecho**, Madri, ES, v. 108, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14422/icade.i108.y2019.001>

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, NL, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>

BARBOSA, I. S. et al. ESG Practices and the Relevance of Accounting Information: The Moderating Effect of Corruption Levels in G20 Countries. **Brazilian Administration Review**, Maringá, v. 21, p. e240016, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2024240016>

BARNETT, V.; LEWIS, T. **Outliers in statistical data**. New York: Wiley, 1994.

BEUREN, I. M.; RODRIGUES JUNIOR, M. M. Responsabilidade ambiental e gerenciamento de resultados em empresas de governança corporativa da BM&fbovespa. **Revista Produção Online**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 143–170, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v14.i1.1558>

BOIRAL, O. Accounting for the unaccountable: Biodiversity reporting and impression management. **Journal of Business Ethics**, Berlim, DE, v. 135, n. 4, p. 751–768, 2016. DOI:

<https://doi.org/10.1007/s10551-014-2497-9>

BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3. **A experiência do ISE na Agenda 2030 e os ODS**. 2025a. Disponível em: <https://iseb3.com.br/a-experiencia-do-ise-na-agenda-2030-e-os-ods>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3. **Carteira ISE**. 2025b. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-desustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)**. 2025c. Disponível em: <https://iseb3.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A. Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, p. 18-29, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100003>

CARVALHO, A. et al. Os investidores se importam com a sustentabilidade? **REUNIR – Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v. 13, n. 2, p. 76-93, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i2.1307>.

CHUNG, K. H.; PRUITT, S. W. A Simple Approximation of Tobin's q. **Financial Management**, New York, USA, v. 23, n. 3, p. 70-74, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/3665623>

COSTA, C. M.; SOARES, J. M. M. V. Standard Jones and Modified Jones: An Earnings Management Tutorial. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 26, n. 02, p. e200305, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022200305.en>

COSTA, P. S.; FONSECA, K. B. Fatores determinantes das book-tax differences. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 17-29, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v11i29.122331>

CUI, Xue; et al. Mandatory versus voluntary: The real effect of ESG disclosures on corporate earnings management. **Journal of International Money and Finance**, Creta, GR, v. 154, p. 103323, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2025.103323>

DANG, H. N.; NGUYEN, T. T. C.; TRAN, D. M. The impact of earnings quality on firm value: The case of Vietnam. **The Journal of Asian Finance, Economics and Business**, Seongnam, KOR, v. 7, n. 3, p. 63-72, 2020.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, New York, USA, v. 77, supp. 1, p. 35-59, 2002.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. **The Accounting Review**, Lakewood Ranch, USA, v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.

DHALIWAL, D. S. et al. Voluntary nonfinancial disclosure and the cost of equity capital: The initiation of corporate social responsibility reporting. **The Accounting Review**, Lakewood Ranch,

USA, v. 86, n. 1, p. 59-100, 1995.

ECCLES, R. G. et al. The Social Origins of ESG: An Analysis of Innovest and KLD. **Organization & Environment**, Nova York, EUA, v. 33, n. 4, p. 575–596, 21 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026619888994>

EDWARDS, M.; SOARES, R. O.; LIMA, G. S. A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 27-39, 2013.

ESTEBAN, J. P. A. **Gerenciamento de impressão em relatórios divulgados por empresas brasileiras: uma análise no tom das narrativas em períodos de crise**. 2024. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em Ciências Contábeis] – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

FÁVERO, L. P. L. Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. **BBR-Brazilian Business Review**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 131-156, 2013.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2017.

FENG, Xiaolu; MOHD SALEH, Norman. Managerial Ability and ESG Risks: The Moderating Effect of Internal Control Quality. **Sustainability**, v. 16, n. 22, p. 9838, 2024.

FRANCIS, J. et al. The market pricing of accruals quality. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, NL, v. 39, n. 2, p. 295-327, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.06.003>

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. **Journal of sustainable finance & investment**, Londres, UK, v. 5, n. 4, p. 210-233, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>

GARCÍA-SÁNCHEZ, I.-M. Información social corporativa y aseguramiento: El estado de la cuestión. **Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review**, Murcia, ES, v. 24, n. 2, p. 241-269, 2021. DOI: <https://doi.org/10.6018/rcsar.409441>

GARCÍA-SÁNCHEZ, I.-M.; NOGUERA-GÁMEZ, L. Integrated reporting and stakeholder engagement: The effect on information asymmetry. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, Hoboken, USA, v. 24, n. 5, p. 395-413, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1415>

GRAY, P.; KOH, P.-S.; TONG, Y. H. Accruals quality, information risk and cost of capital: Evidence from Australia. **Journal of Business Finance & Accounting**, Hoboken, USA, v. 36, n. 1-2, p. 51-72, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2008.02118.x>

GREWAL, J.; SERAFEIM, G.; YOON, A. Shareholder activism on sustainability issues. **Harvard Business School Working Paper**, Boston, USA, n. 17-003, jul. 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2805512>

HRIBAR, P.; KRAVET, T.; WILSON, R. A new measure of accounting quality. **Review of accounting Studies**, São Paulo, v. 19, p. 506-538, 2014. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1283946>

HUMMEL, K.; SCHLICK, C. The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure—Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. **Journal of accounting and public policy**, Zurique, CH, v. 35, n. 5, p. 455-476, 2016. DOI: DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.001>

IMPERADOR, A. M.; SILVA, M. V. H. Sustentabilidade empresarial: considerações sobre diferentes sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável. **Holos**, Natal, v. 3, p. 429-445, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5916>

INSTITUTO PAULISTA DE EXCELÊNCIA DA GESTÃO – IPEG. **A gestão empresarial em 20 anos: O que mudou e quais adaptações serão necessárias para os próximos ano.** 2019. Disponível em: <https://www.ipeg.org.br/a-gestao-empresarial-em-20-anos-o-que-mudou-e-quais-adaptacoes-serao-necessarias-para-os-proximos-anos/#:~:text=As%20mudan%C3%A7as%20na%20gest%C3%A3o%20empresarial,pela%20flexibilidade%2C%20interatividade%20e%20abertura. Acesso em: 21 mar. 2025.>

JONES, J. J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**, Chicago, USA, v. 29, n. 2, p. 193-228, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/2491047>

KHOUFI, N. Accounting Information Quality and Investment Decisions. In: AHANGAR, R. G.; SALMAN, A. (Ed.). **Investment Strategies in Emerging New Trends in Finance**. Londres, UK: IntechOpen, 2020.

KIM, S.-I. et al. Organizational slack, corporate social responsibility, sustainability, and integrated reporting: Evidence from Korea. **Sustainability**, Basel, SW, v. 11, n. 16, p. 4445, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11164445>

KRÜGER, P. Corporate goodness and shareholder wealth. **Journal of Financial Economics**, v. 115, n. 2, p. 304-329, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2014.09.008>

LEAL, T. L. M. C; SILVA, V. N. Relação entre ESG e sustentabilidade corporativa: uma análise sob o viés do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, Taquara, v. 1, n. 19, p. 199-218, 2023.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. D. The economics of disclosure and financial reporting regulation: Evidence and suggestions for future research. **Journal of accounting research**, Hoboken, USA, v. 54, n. 2, p. 525-622, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12115>

LI, H. et al. Exploring sustainability disclosures in family firms: a bibliometric analysis. **Economic research-Ekonomska istraživanja**, Londres, UK, v. 36, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2023.2188238>

LIESEN, A. et al. Does stakeholder pressure influence corporate GHG emissions reporting? Empirical evidence from Europe. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 28, n. 7, p. 1047–1074,

2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-12-2013-1547>

MACHADO, J. H. Ativos intangíveis e gerenciamento de resultados no mercado acionário brasileiro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 43, n. 3, p. 163-184, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v43i3.64731>

MATIAS-PEREIRA, J. Corporate governance in brazilian state-owned enterprises: evolution, challenges and limitations. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 10, p. e7530-e7530, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n10-280>

MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 81-96, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i1.30510>

MCNICHOLS, M. F. Discussion of the quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, New York, USA, v. 77, supl. 1, p. 61-69, 2002.

MEDEIROS, F. A. S. **Qualidade da informação contábil e desempenho environmental, social and governance (ESG) em setores de utilities da América Latina**. 2023. 64f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

MENEGHEL, M. F.; KIELING, D. L.; DEGENHART, L. A qualidade da governança corporativa e a divulgação environmental, social and governance influenciam a relevância das informações contábeis? **Revista Universo Contábil**, v. 18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4270/ruc.2022113>

MONTEIRO, A. A. F.; SANTOS, T. R.; SANTOS, G. C. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho econômico-financeiro nas empresas da B3. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 8, n. 38, 2021.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

OLSEN, J. P. **Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia**. Brasília: Enap, 2018.

ORSOLIN, A. L. et al. Análise dos indicadores para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de Environmental, Social and Governance–ESG em empresas da ISE/B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, n. 23, p. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-766220243515>

PARANHOS, M. A. H. L.; NÄÄS, I. A.; NETO, P. L. O. C. Evolution and Challenges of Environmental, Social, and Governance Practices: An Analysis of the Brazilian Stock Exchange's Corporate Sustainability Index. **Sustainability**, Basel, SW, v. 16, n. 15, p. 6531, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su16156531>

PAULO, E.; LEMES, S.; CORRAR, L. J. Alavancagem financeira e a qualidade das informações

contábeis: uma análise das companhias abertas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 1-15, 2019.

PEREIRA, C.; et al. Firms' Investment Level and (In) Efficiency: The Role of Accounting Information System Quality. **International Journal of Financial Studies**, Basel, CH, v. 12, n. 1, p. 9, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijfs12010009>

PINHEIRO, A. B. B. **O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e o impacto na qualidade da informação contábil das companhias listadas na B3**. 2019. 40f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

REIS, M. A. A. et al. **Empresas com transparência na divulgação dos relatórios contábeis apresentam melhores desempenhos, econômico-financeiro e de sustentabilidade?** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

SALDANHA, A. C. B. G. et al. Sustentabilidade empresarial: uma análise setorial listada no ISE no período pandêmico. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 25. São Paulo. 2023. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2023.

SANTOS, G. C. et al. Empresas com transparência na divulgação dos relatórios contábeis apresentam melhores desempenhos, econômico-financeiro e de sustentabilidade? **Cuadernos de Contabilidad**, Bogotá, CO, v. 24, n. 24, p. 18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cc24.etrdr>

SCHUSTER, H. A.; KLANN, R. C. Responsabilidade social corporativa e gerenciamento de resultados por accruals. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 30, n. 1, p. 01–26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22561/cvr.v30i1.4490>.

SEBAI, S.; MESSAI, M.; JOUINI, F. Earnings attributes and the cost of equity capital: the case of Tunisian companies. **Afro-Asian Journal of Finance and Accounting**, v. 5, n. 3, p. 216-230, 2015.

SILVA, A. C.; CARVALHO, F. M. Relação entre práticas ESG e desempenho empresarial: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 1, p. 1425–1456, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i1.3430>

SILVA, G. R. **Qualidade da informação contábil e sustentabilidade**: um estudo nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. 2014, 44f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2014.

SILVA, L. J.; PEREIRA, J. O.; CARMO, C. H. S. Value relevance dos relatórios de responsabilidade social corporativa nas empresas da B3. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 9, n. 21, p. 509-527, 2022. DOI: [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2022\)092133](https://doi.org/10.21438/rbgas(2022)092133)

SILVA, N. P.; MAZZIONI, S.; VARGAS, L. A. Qualidade da informação contábil: uma análise das empresas de utilidade pública listadas na B3. **Contabilometria**, Monte Carmelo, v. 7, n. 1, 2020.

SIMÕES-COELHO, M. F.; FIGUEIRA, A. R. Why Do Companies Engage in Sustainability? Propositions and a Framework of Motivations. **Brazilian Administration Review**, Maringá, v. 18, n.

2, p. e190042, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2021190042>

SOEPRAJITNO, R. R. W. N. et al. Sustainability performance and earnings management: institutional and regulatory perspectives. **Cogent Business & Management**, Londres, UK, v. 11, n. 1, p. 2381663, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2381663>

SOMENSI, R.; REIS, R. L.; ROVER, A. Influência da Governança Corporativa no Gerenciamento de Resultados por Decisões Operacionais das Empresas Listadas na B3. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 18. São Paulo. 2021. Brasil. **Anais [...]**. São Paulo: FEAUSP, 2021.

SU, E.; MAHMOOD, R.; SOM, H. Effect of Corporate Social Responsibility Disclosure on Corporate Financial Performance in An Emerging Market. **International Journal of Economics & Management**, v. 18, n. 3, p. 425-447, 2024. DOI: <http://doi.org/10.47836/ijeam.18.3.09>

VATIS, S. E. et al. The Impact of ESG on Earnings Quality and Real Earnings Management: The Role of Firm Size. **Sustainability**, Basel, SW v. 17, n. 11, p. 5027, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/su17115027>

WANG, S. et al. Does ESG Performance Affect Firm Risk? Evidence from China. **Emerging Markets Finance and Trade**, Londres, UK, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/1540496X.2025.2476117>

WESTPHAL, J. D.; ZAJAC, E. J. A behavioral theory of corporate governance: Explicating the mechanisms of socially situated and socially constituted agency. **Academy of Management Annals**, Londre, UK, v. 7, n. 1, p. 607–661, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/19416520.2013.783669>

XAXÁ, L. V. M. **Gerenciamento de resultados e a sustentabilidade: análise em empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3)**. 2023. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2023.